



pag 2

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 200/2019

“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 728/2019 de 11.06.2019, parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, envolvendo o servidor público municipal **MARCOS RENI SCHWARTZ BERGMANN**, ocupante do cargo de operário, matrícula nº 8930-3, para verificar a ocorrência do fato previsto no Parágrafo Único do artigo 178 da Lei 2239/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 13 DE JUNHO DE 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL
CANGUÇU -RS

08 SET 2019

Aline 09:58h
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 200/2019, envolvendo o servidor, **Marcos Reni Schwartz Bergmann**, em razão de suposto abandono de cargo, conforme previsão do Art.178 Paragrafo Único do Estatuto Municipal, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA:

Diante da presente situação, na qual o servidor foi acusado de ter faltado ao trabalho inúmeras vezes, enquadrando-se na hipótese de abandono de cargo, foi aberto o presente a partir de solicitação do Secretário Municipal de Educação, posto que o servidor não teria trabalhado durante os meses de maio e junho de 2019, conforme documentos de fls.3/7.

Em seu depoimento, o servidor disse que sabia do motivo da abertura do processo, achando injustas as mudanças de local de trabalho que vem ocorrendo. Informa que é operário, cargo que detém há 10 anos, possui desde 2016 problema na coluna, apresentou atestados, sofreu perícias, mas não foi readaptado. Discorda das informações das faltas, pois na verdade teria se negado a assinar o ponto, por isso o mesmo estaria em branco. Que estava trabalhando na Escola Imã Firmina quando foi realocado para a Escola Getúlio Vargas, dizendo que não teria condições de trabalhar lá. Disse ainda que sugeriu à Administração trabalhar como vigilante, todavia tal fato não ocorreu, em razão de alegada “perseguição”.

Chamado a prestar depoimento, o servidor comissionado Patrique Goulart, Assessor de Coordenação, relatou que quando era responsável pelo pessoal da SMEEC, foi chefe imediato de Marcos Bergmann, disse que o mesmo até era prestativo quando comparecia ao

trabalho, porém faltava muito, comprometia-se a ir trabalhar em alguma escola e não ia, alegava problema de saúde e muitas vezes não justificava. A transferência de escola Irmã Firmina e Dom Pedro, se deu em razão da sogra e ex-esposa, serem respectivamente, funcionárias dessas unidades e gerar constrangimento e decorrente prejuízo na eficiência do trabalho. Que depois que foi para a Escola Getúlio Vargas, compareceu alguns dias, depois não apareceu mais, gerando reclamações da direção da escola em razão do serviço restar prejudicado.

O servidor comissionado Manoel Tiago Lacerda dos Santos foi chefe imediato de Marcos Bergmann durante o período de outubro de 2018 a maio de 2019, disse que a assiduidade do Marcos era "horrível". Que desde que voltou de férias em janeiro, "só falta". Solicitou do servidor atestado e/ou justificativa mas nunca trouxe nada. Disse que Marcos não ia trabalhar e não dava explicação, não tendo aparecido em março e abril. Disse que dava desculpa, mas não comprovava. Transferido para a Escola Dom Pedro, alegou que não queria trabalhar pois ficava próximo à casa da ex-mulher e possuía medida protetiva. Indo para a escola Getúlio Vargas, não houve melhora. Algumas vezes estava dizia estar doente, mas apitava jogos de futebol aos finais de semana.

Foram juntadas as provas das conversas do depoente com o Marcos, comprovando as inúmeras desculpas injustificadas apresentadas pelo servidor indiciado.

Intimado a prestar depoimento, o operário Donizete Rutz Rodrigues, relatou que trabalhou com o servidor indiciado na pintura da cozinha comunitária e na Escola Irmão Firmina. Disse que o requerido pintava bem, mas faltava muito.

Já Alexandre Guastuci, cargo de professor, mas em exercício de função gratificada, disse que ficou no lugar do Tiago como chefe do Marcos e que este pedido para "dar um jeito" no ponto em relação às faltas, todavia informou que não haveria como preencher o ponto sem que este trabalhasse.

O requerido juntou declaração dizendo possuir problemas de saúde e estar incapacitado do trabalho como operário, além de outros problemas psicológicos gerados por esta situação, solicitando ainda novo pedido de readaptação.

Em defesa final, retornou aos argumentos de problemas psicológicos, além do clínico na coluna, bem como que não assinou as folhas pontos porque não concordava com os mesmos. Falou também da precária situação financeira e de "erros administrativos" que o prejudicaram. Colocou-se à disposição da Administração.

Diante das provas supra desenvolvidas, sejam elas de cunho testemunhal ou documental, resta demonstrado que, em que pesem os argumentos do servidor de que estaria à disposição da Administração, em verdade o servidor utilizou-se de desculpas, sem qualquer justificativa legalmente prevista, para faltar ao trabalho, posto que lhe foram dadas inúmeras

oportunidades de realizar seu trabalho, realizando funções que coubessem dentro suas limitações físicas.

Cabe destaque que o instituto da readaptação, tão mencionado pelo requerido, não se configura em ato meramente discricionário por parte do administrador, muito menos do servidor, somente podendo ser utilizado de acordo com previsões legais rígidas, devendo a administração levar em conta parecer de junta médica, a qual em nenhum momento se manifestou pela readaptação do servidor. Neste sentido, a previsão estatutária a respeito do instituto:

Art. 47: Readaptação é o aproveitamento do servidor em cargo compatível com sua capacidade física, intelectual ou vocacional, em virtude de doença.

Art. 48: O servidor que em virtude de laudo médico, emitido por junta médica nomeada para este fim, for declarado inábil para o exercício do cargo que ocupar, será, sempre que possível, readaptado em cargo compatível com sua aptidão, de hierarquia igual a que desenvolvia anteriormente.

§ 1º- A aptidão para o exercício de novo cargo será apurada pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos, em cooperação com a junta médica que tenha examinado o servidor.

§ 2º- A readaptação em cargo de vencimento inferior somente poderá acontecer com a anuência do servidor, sendo, no entanto, resguardado a este a percepção de vencimentos e vantagens correspondentes ao cargo que foi afastado.

Quanto à alegada perseguição, a mesma não restou comprovada, visto que em todos os locais que o servidor foi designado para trabalhar, diga-se de passagem, situação esta que enquadra-se em atos de gestão sujeitos à discricionariedade administrativa, mostrou-se relutante em comparecer, dando desculpas sem justificativa adequada e prejudicando serviços bem como a logística administrativa, prejudicando assim a eficiência da atuação estatal, posto que alguém tem que substituir o mesmo naqueles atos que deveriam ter sido efetuado e não o foram.

Deste modo, contata-se que situação aqui analisada neste processo administrativo ocorreu por única e exclusiva responsabilidade do servidor, que descumpriu deveres funcionais que lhe eram impostos, não cumpriu sua palavra, faltou sem justificativa e abandonou o cargo, seja por ter faltado 30 dias consecutivos, seja por ter faltado 60 dias intercalados no período de 12 meses, visto que preencheu ambas as hipóteses previstas no estatuto.

Assim, servidor, no caso concreto violou, no mínimo, três deveres dos quais é obrigado a cumprir enquanto servidor municipal, conforme previsão do Art.169 do Estatuto dos Servidores:

Art. 169: São deveres dos servidores:

(...)

II – assiduidade;

III – pontualidade;

(...)

VIII – cumprimento às ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

Portanto, uma vez que o servidor não compareceu ao serviço, por dois meses consecutivos, sem sequer apresentar justificativa plausível, configura o abandono de emprego, visto que conforme prevê o Parágrafo único do Art. 178 do já citado Estatuto do Servidor, em suas duas hipóteses:

Parágrafo único: Considera-se abandono de cargo a ausência do servidor, sem causa justificada, por mais de trinta (30) dias consecutivos ou sessenta (60) dias intercalados, no período de doze (12) meses.

Configurado o abandono de emprego, não resta outra decisão se não **demitir o servidor**, conforme prevê o Art.174, combinado com o Art.178 II e §, ambos do mesmo diploma legal:

Art. 174: São penalidades disciplinares, na ordem crescente de gravidade:

(...)

IV – demissão;

Art. 178: A pena de demissão será aplicada nos casos de:

(...)

II – abandono de cargo;

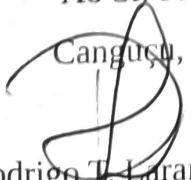
Parágrafo único: Considera-se abandono de cargo a ausência do servidor, sem causa justificada, por mais de trinta (30) dias consecutivos ou sessenta (60) dias intercalados, no período de doze (12) meses.


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

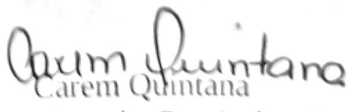
Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 05 de Setembro de 2019.


Rodrigo T. Laranjeira
Presidente da Comissão


Kauane Pedroso
Secretária da Comissão


Carem Quintana
Membro da Comissão